

---

**TRIBUNAL PLENO**

---

**EMENDA REGIMENTAL N. 11, DE 30 DE MARÇO DE 2016**

Altera os arts. 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 149, 150, 151, 153, 154, 157, 158, 159, 160, 161 e 171 e revoga os arts. 152, 155 e 156 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em adequação ao Novo Código de Processo Civil.

O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em sua composição plenária, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o decidido na sessão realizada no dia 30 de março de 2016 e

CONSIDERANDO que o Novo Código de Processo Civil alterou o regime de cobrança das despesas processuais;

CONSIDERANDO que o Novo Código de Processo Civil revogou parte da Lei n. 1.060/1950, trazendo novo regramento para a concessão da gratuidade da justiça;

CONSIDERANDO que o Novo Código de Processo Civil determina que o Relator apreciará pedido de concessão da gratuidade da justiça formulado no bojo de recurso ou ação de competência originária do Tribunal;

CONSIDERANDO que o Novo Código de Processo Civil realizou alterações nas regras de distribuição e prevenção nos Tribunais, bem assim extinguiu incidentes e espécies recursais, prevendo a suscitação e interposição de novos incidentes e recursos;

CONSIDERANDO que o Novo Código de Processo Civil procedeu a nova sistematização, com nova terminologia, da tutela fundada em cognição sumária (tutela provisória);

CONSIDERANDO que o Regimento Interno do Tribunal deve adequar-se à nova sistemática processual;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir coerência entre as regras de distribuição já previstas no Regimento e as novas inseridas;

RESOLVE:

Art. 1º - Os dispositivos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia abaixo indicados passam a ter a seguinte redação:

**CAPÍTULO IV**  
**SUBSTITUIÇÕES**  
(Arts. 38 a 46)

Art. 38 - Nas ausências e afastamentos ocasionais ou temporários, bem como nos casos de impedimento e suspeição, são substituídos:

I - o Presidente do Tribunal pelo 1º Vice-Presidente;

II - o 1º Vice-Presidente pelo 2º Vice-Presidente;

III - o Corregedor-Geral pelo Corregedor das Comarcas do Interior;

IV - o 2º Vice-Presidente e o Corregedor das Comarcas do Interior pelos demais Desembargadores, na ordem decrescente de Antiguidade.

V - o Presidente de Câmara, de Turma ou de Seção pelo Desembargador mais antigo que seja membro do respectivo Órgão Julgador;

VI - o Presidente de Comissão pelo Desembargador mais antigo que a integre e os demais membros pelo Suplente.

Art. 39 - No caso de vacância ou afastamento de Desembargador, por prazo superior a 30 (trinta) dias, deverá ser convocado Juiz Substituto de Segundo Grau para substituí-lo.

§1º - não poderá ser convocado o Magistrado que:

I - acumule qualquer outra atribuição jurisdicional ou administrativa, como serviço eleitoral, administração do foro, turma recursal, coordenação de juizados especiais ou de infância e juventude;

II - responda a procedimento administrativo de que possa resultar a perda do cargo, ou tenha sido punido, nos últimos 12 (doze) meses, contados do retorno ao exercício das atividades, com as penas previstas no art. 42, incisos I, II, III e IV, Lei Complementar n. 35, de 14 de março de 1979;

III - retenha autos em seu poder, injustificadamente, além do prazo legal.

§2º - A substituição dar-se-á para o exercício exclusivo de atividade jurisdicional nos Órgãos integrados pelo Desembargador substituído, sendo vedado ao Juiz Substituto de Segundo Grau convocado aceitar ou exercer outro encargo jurisdicional ou administrativo.

§3º - Encerrado o período de convocação, os processos em poder do Juiz Substituto de Segundo Grau retornarão à relatoria do Desembargador substituído, com exceção daqueles em que tenha lançado relatório ou solicitado inclusão em pauta de julgamento.

§4º - No dia imediato ao término do período de substituição, o Juiz Substituto de Segundo Grau informará ao Desembargador substituído e ao Serviço de Comunicações Gerais - SECOMGE o número de feitos que lhe foram distribuídos, os que foram julgados e aos quais ficou vinculado como Relator por haver pedido dia para julgamento ou encaminhado os autos, com relatório, ao Revisor.

§5º - Ao Juiz Substituto de Segundo Grau convocado serão destinados o gabinete e a assessoria do Desembargador substituído.

§6º - Não se admitirá convocação de Juiz Substituto de Segundo Grau para substituição de Desembargador que exerça cargo de direção.

Art. 40 - O Presidente do Tribunal, excepcionalmente e observados os critérios deste Regimento, poderá convocar até 2 (dois) Juízes de Direito para auxílio à Presidência e até 2 (dois) Juízes de Direito para auxílio a cada Vice-Presidência.

§1º - A convocação de Juiz de Direito para auxílio será para o exercício de atividade jurisdicional ou administrativa, restrita, nesta situação, ao auxílio à Presidência, Vice-Presidência ou Corregedoria do Tribunal, dando-se sempre em caráter excepcional e quando o justificado acúmulo de serviço o exigir, ou quando outra circunstância impedir o exercício regular das atividades do Tribunal.

§2º - Cabe ao Corregedor-Geral da Justiça opinar, conclusivamente, no processo de convocação de Juiz de Direito para auxílio no segundo grau de jurisdição, cabendo ao Tribunal Pleno apreciá-lo definitivamente.

§3º - A convocação de Juiz de Direito para auxílio não excederá o prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada uma vez, caso persista o caráter excepcional que a justificou.

§4º - O Juiz Substituto de Segundo Grau convocado para exercer função de substituição, na forma do art. 39 deste Regimento, e o Juiz de Direito convocado para exercer função de auxílio, conforme este artigo, receberão, exclusivamente, a diferença de remuneração para o cargo de Desembargador.

Art. 41 - Nas ausências e afastamentos inferiores a 30 (trinta) dias, o Revisor, se houver, ou o Desembargador presente que suceder o Relator na ordem decrescente de antiguidade no respectivo Órgão Julgador será competente para apreciar pedidos de tutela de urgência formulados em habeas corpus, habeas data, mandados de segurança ou em outros processos, mediante fundada alegação do interessado.

§1º - Considera-se afastamento o não comparecimento formalizado do Desembargador para o exercício de suas atividades, e ausência a sua falta eventual.

§2º - Nos casos previstos no caput, o interessado formulará requerimento em petição dirigida ao Desembargador substituto do Relator, que determinará, na própria petição, a remessa dos autos pelo gabinete do Relator ausente ou afastado, com a prévia certificação, pela Secretaria, da ausência ou afastamento.

§3º - Caso entenda não haver urgência na análise do pedido ou após apreciá-lo, nos casos em que efetivamente verificar urgência na prestação jurisdicional, o Desembargador determinará o retorno dos autos ao gabinete do Relator.

§4º - A substituição na forma deste artigo apenas autoriza a transferência temporária da relatoria do processo, não ensejando sua mudança para o julgamento definitivo ou alteração da prevenção surgida com a distribuição originária.

Art. 42 - Na hipótese de vacância do cargo, o acervo processual será transferido ao Desembargador nomeado para preenchê-lo, observada a competência do órgão fracionário, aplicando-se o art. 39 ou o art. 39-B deste Regimento, quando necessário.

Art. 43 - Até o dia 31 (trinta e um) de maio e 30 (trinta) de novembro, o Presidente de cada Câmara encaminhará ao Presidente do Tribunal de Justiça a escala de férias relativa, respectivamente, ao primeiro e segundo semestres do exercício subsequente, dos Desembargadores e dos Juizes Substitutos de Segundo Grau convocados, de modo a que sempre permaneçam, em cada Câmara, cinco Magistrados.

Art. 44 - A relatoria será transferida:

I - ao Desembargador designado para redigir o acórdão, quando vencido o Relator no julgamento;

II - ao Desembargador nomeado para ocupar a vaga no Órgão Julgador, em caso de aposentadoria, renúncia ou morte do Relator.

Parágrafo único - Em caso de aposentadoria, renúncia ou morte do Relator, caberá ao primeiro Desembargador a ter acompanhado o seu voto, quando vencedor, redigir ou assinar o acórdão de julgamento realizado antes da abertura da vaga, bem como, quando vencido, declarar ou assinar o respectivo voto.

Art. 45 - O julgamento que tiver sido iniciado prosseguirá, computando-se os votos já proferidos, ainda que o Magistrado afastado ou ausente seja o Relator ou Revisor.

Parágrafo único - Somente quando indispensável para decidir nova questão surgida no julgamento, será dado Substituto ao Desembargador ausente.

Art. 46 - Para compor o quórum de julgamento, o Desembargador, nos casos de ausência, afastamento, suspeição ou impedimento, será substituído por outro da mesma Câmara na ordem decrescente de antiguidade; não sendo possível, o Presidente do Órgão fracionário solicitará ao Presidente do Tribunal a designação de Desembargador integrante de outro Órgão fracionário.

## TÍTULO II

### DAS DESPESAS PROCESSUAIS, DESERÇÃO E DISTRIBUIÇÃO (Arts. 149 a 161)

#### CAPÍTULO I

##### DAS DESPESAS PROCESSUAIS

(Arts. 149 a 154)

Art. 149 - A parte comprovará o adiantamento das despesas processuais no ato de propositura da ação ou de interposição do recurso.

Parágrafo único. Compete ao relator examinar o requerimento de concessão de gratuidade da justiça, que pode ser formulado no próprio recurso.

Art. 150 - O valor das despesas processuais compreende todos os atos do processo, inclusive porte de remessa e de retorno, se for o caso, e as despesas com a expedição de carta de ordem.

Art. 151 - A antecipação das despesas processuais será feita:

I - no juízo de origem, no caso da apelação;

II - no Tribunal de Justiça, nos casos de processos de competência originária e de recursos aos Tribunais Superiores, por meio de guia à repartição arrecadadora competente do Tribunal, sendo que:

a) os mandados de segurança e de injunção, as ações rescisórias e o pedido autônomo de tutela provisória serão instruídos com comprovante de pagamento das custas no ato de sua apresentação;

b) as cartas, inclusive as rogatórias e de ordem, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da respectiva intimação, excetuado o previsto no art. 153.

Art. 153 - Não dependem de adiantamento do valor das despesas processuais:

I - a remessa necessária e os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela União, pelo Estado, por Município e suas respectivas autarquias e fundações, na forma da Lei estadual n. 12.373/2011;

II - as ações de competência originária do Tribunal de Justiça propostas pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela União, pelo Estado, por Município e suas respectivas autarquias e fundações, na forma da Lei estadual n. 12.373/2011;

III - as causas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;

IV - o conflito de competência e a arguição de impedimento ou de suspeição;

V - o habeas corpus e o habeas data;

VI - os processos criminais, salvo os iniciados mediante queixa;

VII - a ação direta de inconstitucionalidade, a reclamação, o pedido de intervenção, o incidente de resolução de demandas repetitivas, o incidente de assunção de competência e o incidente de arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo;

VIII - os embargos de declaração e o agravo interno;

IX - os processos de competência originária e os recursos em que tenha sido concedido o benefício da gratuidade da justiça ao autor ou recorrente, observado o disposto no art. 99, §5º, do Código de Processo Civil;

X - os recursos interpostos por testamenteiro e inventariante dativos, inventariante judicial e curador especial;

XI - os processos e requerimentos administrativos.

Art. 154 - Verificada pelo Relator a ausência de adiantamento do valor das despesas processuais, o autor ou o recorrente será intimado para realizá-lo, nos termos do Código de Processo Civil, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, ou inadmissibilidade do recurso, em razão da deserção.

### CAPÍTULO III

#### DISTRIBUIÇÃO (Arts. 157 a 161)

Art. 157 - A distribuição será efetuada mediante sorteio eletrônico e uniforme em cada classe, no decorrer de todo o expediente do Tribunal, após o ato da apresentação do recurso ou da causa de competência originária.

§1º - A distribuição deve ser alternada, pública e automaticamente registrada pelo sistema de processamento de dados do Tribunal, extraído-se os termos respectivos, que conterão o número e o tipo do processo, os nomes das partes, o Órgão Julgador, o nome do Relator, a data do sorteio, além das observações relativas à distribuição por prevenção, dependência, sucessão ou outra causa; em seguida, proceder-se-á à autuação respectiva.

§2º - Distribuir-se-ão, prioritariamente, os mandados de segurança e de injunção, os habeas corpus e os habeas data, e os recursos ou causas de competência originária em que houver requerimento de tutela provisória de urgência.

§3º - Nas hipóteses do §2º deste artigo, caso o sistema eletrônico se encontre momentaneamente inoperante, caberá ao 1º Vice-Presidente proceder à distribuição, mediante registro, datado e assinado, em livro próprio, do qual constarão o número e a classe do processo, a indicação do Relator e a justificativa para a realização da distribuição dessa forma.

§4º - Não haverá distribuição de habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção, processo criminal cujo réu esteja preso e pedido autônomo de tutela provisória a Desembargador afastado por período igual ou superior a 3 (três) dias e inferior a 30 (trinta).

§5º - Não haverá distribuição, em situações de urgência, aos Desembargadores integrantes da Comissão Examinadora de Concurso para o cargo de Juiz Substituto, nos dias de aplicação de provas.

§6º - A resenha de distribuição será, diariamente, encaminhada para publicação no Diário do Poder Judiciário; quando se tratar de processos que tramitam em segredo de justiça, os nomes das partes serão publicados pelas iniciais.

§7º - Para tornar efetiva a adoção do sistema de computação eletrônica dos feitos, o 1º Vice-Presidente baixará os atos necessários à rotina dos trabalhos.

Art. 158 - Os processos, numerados segundo a ordem em que forem apresentados, serão distribuídos na forma determinada pelo Conselho Nacional de Justiça, entre todos os Desembargadores, observado o art. 171 deste Regimento, e Juízes Substitutos de Segundo Grau convocados, excetuadas as hipóteses de competência privativa de membro efetivo previstas neste Regimento.

§1º - Em caso de impedimento ou suspeição do Relator, será realizada redistribuição por sorteio entre os membros do mesmo Órgão Julgador, mediante a devida compensação.

§2º - Em caso de aposentadoria, morte, permuta ou transferência do Relator para outro órgão, será realizada a transferência do acervo processual ao Desembargador nomeado para ocupar a sua vaga no respectivo órgão fracionário do qual fazia parte, observando-se o disposto no art. 17, §§2º e 3º, deste Regimento nas permutas e transferências.

§3º - Em caso de impedimento ou suspeição de Relator que seja Juiz Substituto de Segundo Grau convocado, os autos retornarão ao Desembargador substituído ou, em caso de vacância, serão transferidos ao sucessor no Órgão Julgador; em casos de urgência, proceder-se-á na forma do art. 41 deste Regimento.

§4º - Com exceção da ação direta de inconstitucionalidade e do incidente de arguição de inconstitucionalidade, a distribuição de processo de competência originária do Tribunal Pleno será feita, conforme a matéria, a Desembargador que integre Câmara Criminal ou Câmara Cível, atentando-se para a necessidade de compensação.

§5º - Haverá, também, compensação quando a distribuição couber, por prevenção, a determinado Relator.

§6º - A partir do dia da respectiva eleição, não haverá distribuição ao Presidente, ao 1º e ao 2º Vice-Presidentes do Tribunal e aos Corregedores de Justiça, com exceção dos agravos internos e embargos de declaração interpostos contra suas decisões e acórdãos que redigiram ou dos feitos de sua competência específica por disposição legal ou regimental; os processos já distribuídos até a véspera da eleição não serão redistribuídos.

Art. 159 - Ao Desembargador que se deva aposentar, por implemento de idade, não serão distribuídos feitos, durante os 90 (noventa) dias anteriores ao afastamento.

§1º - No caso de aposentadoria voluntária, será suspensa a distribuição, a partir da protocolização do respectivo requerimento e pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias; ocorrendo desistência do pedido, far-se-á compensação.

§2º - Nos casos tratados neste artigo, será convocado Juiz Substituto de Segundo Grau para atuar, em substituição, exclusivamente nos processos que seriam distribuídos ao Desembargador em processo de aposentadoria; quando do preenchimento da vaga, o acervo processual será transferido ao seu sucessor no Órgão Julgador, observado o art. 39, §3º, deste Regimento.

Art. 160 - A distribuição de recurso, habeas corpus ou mandado de segurança contra decisão judicial de primeiro grau torna prevento o Relator para incidentes posteriores e para todos os demais recursos e novos habeas corpus e mandados de segurança contra atos praticados no mesmo processo de origem, na fase de conhecimento ou de cumprimento de sentença ou na execução, ou em processos conexos, nos termos do art. 930, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

§1º - A distribuição de representação criminal, de pedido de providência, de inquérito, de notícia crime, de queixa e de ação penal, bem como a realizada para efeito de concessão de fiança ou de decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa, prevenirá à da ação penal.

§2º - A distribuição de mandado de segurança ou habeas corpus contra ato de Desembargador não gera prevenção para novos mandados de segurança e habeas corpus, ainda que impetrados contra ato judicial praticado no mesmo processo.

§3º - O Relator do acórdão do julgamento de ação de competência originária do Tribunal é prevento para a sua execução.

§4º - Serão distribuídos, por dependência, havendo prevenção do Relator, os seguintes feitos :

I - as ações incidentes ou acessórias aos processos que sejam de sua competência;

II - a apelação, no caso de haver sido distribuído anteriormente pedido de concessão de efeito suspensivo, nos termos do art. 1.012, §3º, I, do Código de Processo Civil;

III - as ações originárias e os recursos, caso tenha sido distribuído pedido autônomo de tutela provisória, na forma do art. 299 do Código de Processo Civil;

IV - a reclamação, no caso de ofensa à autoridade de sua decisão ou do colegiado ou de usurpação da respectiva competência ou para garantia da observância de precedente formado em julgamento de incidentes de resolução de demandas repetitivas e incidentes de assunção de competência sob sua relatoria, nos termos do art. 988 do Código de Processo Civil;

V - outros casos previstos neste Regimento;

VI - os casos previstos no artigo 286 do Código de Processo Civil.

§5º - As ações originárias envolvendo as mesmas partes, ainda que a identidade subjetiva seja parcial, serão, salvo manifesta ausência de conexão objetiva, distribuídas por prevenção ao primeiro Relator sorteado, indicando-se o motivo na respectiva certidão de distribuição; caberá ao Relator verificar se há litispendência e, em caso negativo, devolver os autos ao SECOMGE ordenando a livre distribuição.

§6º - Se o Relator deixar o Tribunal ou transferir-se de órgão fracionário, a prevenção permanece no órgão julgador originário, cabendo a distribuição ao seu sucessor, observadas as regras de conexão.

§7º - A regra do §6º não se aplica quando o recurso ou ação que fundamenta o reconhecimento da prevenção tiver sido julgado monocraticamente ou quando os demais membros do órgão julgador original que participaram do seu julgamento não mais o integrem.

§8º - Caso seja vencido o Relator, a prevenção recairá sempre no Desembargador designado para redigir o acórdão, a quem será transferida a relatoria do feito.

§9º - A prevenção, se não for reconhecida de ofício, poderá ser arguida por qualquer das partes ou pelo Ministério Público até o início do julgamento.

Art. 161 - Tratando-se de ação rescisória, embargos infringentes e de nulidade e de recursos de decisões administrativas de competência do Tribunal Pleno e das Seções Cíveis, não se fará a distribuição, para atuar como Relator, sempre que possível, a Desembargador que tenha participado de julgamento impugnado.

Parágrafo único - Nas revisões criminais de competência da Seção Criminal, não poderá funcionar, como Relator e como Revisor, Desembargador que tenha proferido decisão em qualquer fase do processo ou em habeas corpus a ele relativo.

Art. 171 - No caso de afastamento por período inferior a 30 (trinta) dias, o Desembargador não devolverá os processos, continuando a participar do sorteio dos feitos que, em sua ausência, forem distribuídos, salvo aqueles previstos no §4º do art. 157 deste Regimento.

Art. 2º - Enquanto não forem alteradas as competências das Câmaras Cíveis, para adequá-las ao Novo Código de Processo Civil, o art. 158 vigorará acrescido do §7º, com a seguinte redação:

§7º - A distribuição de feitos aos Desembargadores integrantes das Câmaras Cíveis que compõem a Seção Cível de Direito Público deverá realizar-se em compensação aos das Câmaras Cíveis que compõem a Seção Cível de Direito Privado, computando-se os feitos distribuídos nas Seções Cíveis e nas Câmaras, de forma que os Desembargadores integrantes da Seção Cível de Direito Privado, nas Câmaras Cíveis às quais pertençam, recebam processos em número proporcional aos Desembargadores da Seção Cível de Direito Público. (Redação dada pela Emenda Regimental n. 02/2014 ao art. 158, §6º)

Art. 3º - Revogam-se os arts. 152, 155 e 156 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de março de 2016.

Desembargadora MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO  
Presidente

Desª. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA - 1ª Vice-Presidente  
Desa. LÍCIA de Castro Laranjeira CARVALHO - 2ª Vice-Presidente  
Des. OSVALDO de Almeida BOMFIM - Corregedor Geral de Justiça  
Desa. SÍLVIA Carneiro Santos ZARIF  
Desa. IVETE CALDAS Silva Freitas Muniz  
Desa. ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA  
Des. LOURIVAL Almeida TRINDADE  
Des. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO  
Des. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO  
Des. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO  
Des. NILSON SOARES CASTELO BRANCO  
Desa. NÁGILA MARIA SALES BRITO  
Desa. GARDÊNIA PEREIRA DUARTE  
Des. JOSÉ ALFREDO CERQUEIRA DA SILVA  
Des. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO  
Des. PEDRO AUGUSTO COSTA GUERRA  
Desa. MÁRCIA BORGES FARIA  
Des. JOÃO AUGUSTO ALVES DE OLIVEIRA PINTO  
Desa. DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL  
Desa. LISBETE MARIA TEIXEIRA ALMEIDA CÉZAR SANTOS  
Des. Edmilson JATAHY Fonseca JÚNIOR

Des. MOACYR MONTENEGRO SOUTO  
Desa. IVONE BESSA RAMOS  
Desa. ILONA MÁRCIA REIS  
Des. JOÃO BÔSCO DE OLIVEIRA SEIXAS  
Desa. RITA DE CÁSSIA MACHADO MAGALHÃES FILGUEIRAS NUNES  
Desa. REGINA HELENA RAMOS REIS  
Des. LIDIVALDO REACHE RAIMUNDO BRITTO  
Desa. JOANICE MARIA GUIMARÃES DE JESUS  
Desa. CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO  
Desa. PILAR CÉLIA TOBIO DE CLARO  
Desa. SANDRA INÊS MORAIS RUSCIOLELLI AZEVEDO  
Desa. LÍGIA MARIA RAMOS CUNHA LIMA  
Des. MÁRIO AUGUSTO ALBIANI ALVES JÚNIOR  
Des. RAIMUNDO SÉRGIO SALES CAFEZEIRO  
Des. JULIO CEZAR LEMOS TRAVESSA

#### **EMENDA REGIMENTAL N. 12, DE 30 DE MARÇO DE 2016**

Inclui o art. 204-A e altera os arts. 83, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 194, 195-A, 196, 197, 198, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215 e 325 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em adequação ao Novo Código de Processo Civil.

O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em sua composição plenária, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o decidido na sessão realizada no dia 30 de março de 2016 e

CONSIDERANDO que o Novo Código de Processo Civil estabelece técnica específica de ampliação do colegiado no caso de julgamento não unânime de apelação, bem como de ação rescisória e agravo de instrumento que resolva questão de mérito, quando procedentes;

CONSIDERANDO que o Novo Código de Processo Civil estabelece a necessidade de contraditório prévio sobre questões conhecíveis de ofício, ainda que surjam no decorrer da sessão de julgamento;

CONSIDERANDO que o Novo Código de Processo Civil alterou o regramento da sustentação oral;

CONSIDERANDO que o Novo Código de Processo Civil estatuiu novos procedimentos com preferência legal de julgamento;

CONSIDERANDO que o Novo Código de Processo Civil alterou o prazo mínimo entre publicação da pauta e realização da sessão de julgamento;

CONSIDERANDO a Resolução n. 202/2015 do Conselho Nacional de Justiça; e

CONSIDERANDO que o Regimento Interno do Tribunal deve se adequar à nova sistemática processual;

RESOLVE:

Art. 1º - Os dispositivos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia abaixo indicados passam a ter a seguinte redação, incluindo-se o art. 204-A:

Art. 83 - Ao Tribunal Pleno, constituído por todos os membros efetivos do Tribunal de Justiça, compete privativamente:

I - dar posse a seus dirigentes;

II - organizar a lista tríplice de Juízes, bem assim, após votação secreta, a lista tríplice de Advogados e de membros do Ministério Público para provimento de cargo de Desembargador;

III - aprovar as propostas orçamentárias e de aberturas de créditos adicionais do Poder Judiciário;

IV - conhecer da prestação de contas a ser encaminhada, anualmente, ao Órgão competente da administração estadual;

V - deliberar sobre pedido de informação de Comissão Parlamentar de Inquérito;

VI - determinar a instalação de Comarcas, Varas e Offícios de Justiça, assim como de Câmaras e Turmas, definindo os processos de sua competência, mediante prévia consulta aos Desembargadores da respectiva Seção Cível ou Criminal com competência para a matéria;

VII - homologar o resultado de concurso para o ingresso na magistratura;

VIII - eleger:

a) 2 (dois) Desembargadores e 2 (dois) Juízes de Direito, e elaborar a lista sêxtupla para o preenchimento das vagas destinadas aos Advogados a ser enviada ao Presidente da República para integrarem o Tribunal Regional Eleitoral, observado o mesmo processo para os respectivos Substitutos;

b) os membros do Conselho da Magistratura e respectivos suplentes;

c) os Desembargadores que integrarão as Comissões permanentes e as demais que forem constituídas;

IX - solicitar a intervenção no Estado, por intermédio do Supremo Tribunal Federal, nos casos previstos na Constituição Federal;

X - impor penas disciplinares;

XI - representar, quando for o caso, ao Conselho Superior do Ministério Público, ao Conselho Seccional da Ordem dos Advogados, à Procuradoria-Geral do Estado e à Defensoria Pública do Estado;

XII - deliberar sobre:

a) a perda do cargo, na hipótese prevista no inc. I do art. 95 da Constituição Federal;

b) a advertência, censura, remoção, disponibilidade e aposentadoria de Magistrado, por interesse público;

XIII - propor à Assembleia Legislativa:

a) projeto de lei referente à organização e divisão judiciária, bem como a criação e extinção de cargos dos serviços auxiliares da Justiça Estadual;

b) a alteração do número de membros do Tribunal de Justiça;

c) projeto de lei complementar dispendo sobre o Estatuto da Magistratura ou sua alteração;

d) normas de processo e procedimento, civil e penal, de competência legislativa do Estado;

e) a fixação de vencimentos de seus membros e demais Juízes, bem como dos Servidores dos serviços auxiliares da Justiça Estadual.

XIV - promover Juízes de Direito por antiguidade e merecimento, neste caso mediante eleição, em lista tríplice sempre que possível;

XV - mandar riscar expressões desrespeitosas constantes de requerimentos, razões ou pareceres submetidos ao Tribunal;

XVI - representar à autoridade competente quando, em autos ou documentos de que conhecer, houver indícios de crime de ação pública;

XVII - votar o Regimento Interno e as suas emendas e dar-lhe interpretação autêntica, mediante resolução ou edição de enunciado de súmula;

XVIII - denominar os Fóruns, permitindo-se nomes de pessoas já falecidas, ligadas ao meio jurídico;

XIX - instaurar sindicância, processar e julgar processos administrativos contra Desembargador e Juiz Substituto de Segundo Grau, quanto à falta por este praticada no exercício da convocação.

XX - dirimir as dúvidas suscitadas por petição ou ofício sobre competência do Tribunal Pleno, das Seções, Câmaras e Desembargadores, bem como sobre as regras de prevenção, por decisão apta a formar precedente obrigatório;

XXI - julgar, depois de admitida e processada no juízo de origem, a exceção da verdade em processo por crime contra a honra, em que figure como ofendido Deputado Estadual, Juiz de Direito, Promotor de Justiça ou Procurador de Justiça, Secretário de Estado, Defensor Público Estadual, o Procurador-Geral do Estado ou o Vice-Governador;

## XXII - processar e julgar:

- a) nas infrações penais comuns, inclusive nas dolosas contra a vida e nos crimes de responsabilidade, Deputado Estadual, Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Procurador de Justiça, Defensor Público Estadual, Secretário de Estado ou o Procurador-Geral do Estado;
- b) o Vice-Governador nas infrações penais comuns.
- c) o recurso de decisão do Conselho da Magistratura, quando expressamente previsto;
- d) o conflito de atribuição entre autoridade judiciária e administrativa, quando for interessado o Governador, Secretário de Estado, o Procurador-Geral de Justiça ou o Procurador-Geral do Estado;
- e) o habeas corpus, quando o coator ou o paciente for membro do Poder Legislativo Estadual, Servidor ou Autoridade, cujo ato esteja diretamente submetido à jurisdição do Tribunal de Justiça, quando se tratar de infração penal sujeita à mesma jurisdição em única instância ou quando houver perigo de se consumir a violência antes que outro Juiz ou Tribunal possa conhecer do pedido;
- f) o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção contra ato ou omissão do próprio Tribunal de Justiça, seus membros ou órgãos;
- g) a ação rescisória de seus acórdãos e dos acórdãos das Seções;
- h) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição Estadual, inclusive por omissão;
- i) o incidente de arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo;
- j) o incidente de resolução de demandas repetitivas e o incidente de assunção de competência quando for caso de observância do disposto no art. 97 da Constituição Federal ou se suscitado a partir de processo de competência do Tribunal Pleno;
- k) a reclamação para preservação da sua competência, autoridade de suas decisões ou observância dos seus próprios precedentes;
- l) o conflito de competência entre Seções, Câmara, Turmas ou Desembargadores;
- m) a representação oferecida pelo Procurador-Geral de Justiça para assegurar a observância dos princípios indicados na Constituição Estadual ou para prover à execução de lei, ordem ou decisão judicial para fins de intervenção do Estado nos Municípios;

## XXIII - processar e julgar:

- a) a restauração de autos extraviados ou destruídos relativos aos feitos de sua competência;
- b) o pedido de revisão e de reabilitação, relativamente à condenação que tenha proferido;
- c) o incidente de arguição de suspeição ou impedimento contra Desembargador;
- d) o incidente de arguição de suspeição e impedimento dirigido ao Procurador-Geral de Justiça;
- e) a medida cautelar e de segurança, em processo penal de sua competência;
- f) os embargos de declaração opostos contra seus acórdãos;
- g) o incidente de falsidade e o de insanidade mental do acusado, nos processos de sua competência;
- h) o pedido de revogação de medida de segurança que tiver aplicado;
- i) o pedido de arquivamento de inquérito formulado pelo Procurador-Geral de Justiça;
- j) o agravo interno contra decisão do Presidente, dos Vice-Presidentes e dos Corregedores, bem como dos seus integrantes em processo de sua competência;
- k) o recurso de pena imposta por órgão do Tribunal, ressalvada a competência do Conselho da Magistratura;

l) o recurso de decisão de recebimento ou rejeição de queixa ou denúncia, nos crimes de sua competência originária;

§1º - É indispensável a presença de, no mínimo, dois terços dos membros efetivos para o funcionamento do Tribunal Pleno nas hipóteses dos incisos I a XXII, e da maioria nos casos do inciso XXIII;

§2º - Exige-se o voto da maioria absoluta dos membros efetivos para se admitir incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência, bem como para o acolhimento do pedido nos casos dos incisos IX e XXII, alínea "m", para aplicação da pena nos casos do inciso XII, e para a declaração de inconstitucionalidade nos casos das alíneas "h", "i" e "j" do inciso XXII, todos do caput deste artigo.

§3º - Os Juízes Substitutos de Segundo Grau convocados poderão participar do julgamento, inclusive na condição de Relator, apenas dos processos indicados no inciso XXIII do caput deste artigo.

§4º - Na forma do inciso XX do caput deste artigo, as divergências de interpretação, entre Desembargadores ou Órgãos do Tribunal, sobre as normas de competência regimental, serão resolvidas sob a forma de dúvida, suscitada ao 1º Vice-Presidente, que, a seu critério ou a pedido do Relator suscitante, poderá relatá-la e submetê-la à apreciação do Tribunal Pleno.

§5º - Nas hipóteses dos incisos XVII, XX, XXII, alíneas "i", "j", "k" e "l", formar-se-á precedente obrigatório quando houver voto da maioria absoluta dos membros efetivos, podendo a tese jurídica firmada ser objeto de enunciado de súmula.

#### TÍTULO IV

#### JULGAMENTO

(Arts. 172 a 215)

#### CAPÍTULO I

#### PUBLICAÇÃO E PAUTA DE JULGAMENTO

(Arts. 172 a 182)

Art. 172 - Os processos serão julgados após inclusão em pauta, devendo decorrer, pelo menos, 05 (cinco) dias entre a data da publicação e a da sessão de julgamento, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 163, parágrafo único, e 325, caput, deste Regimento.

§1º - Os processos não julgados na sessão serão incluídos em nova pauta, observando-se o disposto no caput deste artigo, com exceção daqueles cujo julgamento tiver sido expressamente adiado para a primeira sessão seguinte.

§2º - Já tendo sido publicada a pauta de julgamento da sessão subsequente, em observância ao disposto no caput deste artigo, será disponibilizada, no Diário da Justiça eletrônico do dia seguinte ao da sessão, pauta complementar composta unicamente pelos processos que tiveram o julgamento expressamente adiado para a primeira sessão seguinte nos termos do §1º deste artigo.

§3º - A pauta de julgamento de processos de natureza administrativa independe de publicação pela imprensa oficial, salvo quando incluído processo disciplinar.

Art. 173 - A pauta de julgamento indicará todos os processos que serão julgados na respectiva sessão.

§1º - A inclusão de processo de natureza cível em pauta para julgamento pressupõe remessa dos autos à Secretaria, por ordem do Relator, com relatório, nos termos do art. 931 do Código de Processo Civil.

§2º - As partes poderão examinar os autos de processo incluído em pauta para julgamento na Secretaria do Órgão Julgador, sendo-lhes vedada a realização de carga, exceto para a extração de cópias, na forma do §3º do art. 107 do Código de Processo Civil.

§3º - Os habeas corpus e embargos de declaração, na forma dos arts. 163 e 325 deste Regimento, poderão ser incluídos em pauta até o início da sessão de julgamento, bastando, à sua publicidade, que constem as respectivas informações na pauta afixada na entrada da sala em que se realizar a sessão de julgamento.

Art. 174 - O processo cujo julgamento seja interrompido em decorrência de pedido de vista será retirado de pauta.

§1º - O Desembargador terá vista dos autos pelo prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data da sessão, e a Secretaria reincluirá o processo em pauta para julgamento na primeira sessão após a data da devolução dos autos, observado o disposto no caput do art. 172 deste Regimento.

§2º - O Desembargador poderá solicitar a prorrogação do prazo do §1º deste artigo por, no máximo, mais 10 (dez) dias.

§3º - Findo o prazo do §1º deste artigo, sem que haja pedido de prorrogação, ou o do §2º deste artigo, e não devolvidos os autos à Secretaria, o Presidente do respectivo Órgão Julgador, de ofício ou a requerimento do interessado, requisitá-los-á para julgamento do processo na sessão ordinária subsequente, observando o disposto no caput do art. 172 deste Regimento.

§4º - Requisitados os autos na forma do §3º deste artigo, se o Desembargador que pediu vista ainda não se sentir habilitado a votar, o Desembargador que o suceder na ordem decrescente de antiguidade no Órgão Julgador será convocado pelo Presidente para proferir voto.

§5º - Se o Desembargador que pediu vista dos autos constatar a ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida ou a existência de questão apreciável de ofício ainda não examinada, que deva ser considerada no julgamento do recurso ou ação, remeterá os autos do processo ao Relator para adoção das providências necessárias por despacho publicado no Diário da Justiça eletrônico para ciência das partes, nos termos do §2º do art. 933 do Código de Processo Civil.

Art. 175 - Os recursos de apelação e de agravo de instrumento que tiverem o julgamento suspenso por força da regra estabelecida no art. 942 do Código de Processo Civil serão retirados de pauta e reincluídos para prosseguimento na primeira sessão possível, observado o disposto no art. 172 deste Regimento.

Art. 176 - A ação rescisória cujo julgamento for suspenso por força da regra estabelecida no art. 942 do Código de Processo Civil será retirada de pauta e os respectivos autos remetidos, pela Secretaria, para o SECOMGE a fim de que sejam redistribuídos ao mesmo Relator ou ao seu sucessor no Órgão Julgador de maior composição competente de acordo com este Regimento.

Parágrafo único - Nos casos em que o Relator originário não integre o Órgão Julgador de maior composição, os autos serão redistribuídos por sorteio.

Art. 177 - Será elaborada uma pauta para cada sessão de julgamento, observando-se, necessariamente, a antiguidade dos processos dentro da mesma classe, considerada a data de distribuição no Tribunal de Justiça como parâmetro.

Art. 178 - A pauta de julgamento será elaborada na seguinte ordem:

I - processos expressamente adiados para a primeira sessão seguinte;

II - processos reincluídos em pauta após pedido de vista;

III - processos reincluídos em pauta para continuação de julgamento suspenso nas hipóteses do art. 942 do Código de Processo Civil;

IV - demais processos, observada a ordem indicada no artigo 179 deste Regimento.

Art. 179 - Os processos indicados no inciso IV do art. 178 deste Regimento serão incluídos em pauta, observando-se o disposto no art. 177 deste Regimento, na seguinte ordem:

I - Cíveis:

- a) habeas corpus;
- b) incidente de resolução de demandas repetitivas;
- c) mandado de segurança;
- d) mandado de injunção;
- e) habeas data;
- f) ação direta de inconstitucionalidade;
- g) incidente de arguição de inconstitucionalidade;
- h) incidente de assunção de competência;
- i) pedido de intervenção;
- j) incidente de arguição de suspeição ou impedimento;
- k) embargos de declaração;
- l) agravo interno;
- m) conflito de competência;
- n) embargos à execução de acórdão;
- o) agravo de instrumento;
- p) apelação;
- q) remessa necessária;
- r) ação rescisória;
- s) demais processos.

## II - Criminais:

- a) habeas corpus;
- b) recurso de habeas corpus;
- c) mandado de segurança;
- d) habeas data;
- e) incidente de assunção de competência;
- f) embargos de declaração;
- g) desaforamento;
- h) exceção de suspeição e de impedimento;
- i) recurso de ofício e recurso em sentido estrito;
- j) recurso de agravo;
- k) apelação;
- l) revisão criminal;
- m) dúvida de competência;
- n) conflito de competência;
- o) medida cautelar;
- p) carta testemunhável;
- q) embargos infringentes e de nulidade;
- r) denúncia ou queixa;
- s) inquérito policial;
- t) ação penal;
- u) representação criminal;
- v) notícia crime;
- x) pedido de providência;
- z) exceção de verdade;
- aa) autos de conselho de justificação;
- ab) demais processos.

Art. 180 - A pauta de julgamento identificará o número do processo, a sua classe, a posição que ocupa na ordem de julgamento, os nomes das partes, indicando o polo que ocupam e seus respectivos Advogados, o Relator, o Revisor, quando for o caso, e os demais integrantes da Turma.

Art. 181 - A pauta de julgamento será afixada na entrada da sala em que se realizar a sessão de julgamento e encaminhada aos Desembargadores integrantes do Órgão Julgador na data da sua publicação no Diário da Justiça eletrônico.

Parágrafo único - A pauta complementar, elaborada na hipótese excepcional do §2º do art. 172 deste Regimento, será encaminhada aos Desembargadores do respectivo Órgão Julgador na data da sua publicação no Diário da Justiça eletrônico.

.....

## CAPÍTULO II

### JULGAMENTO

(Arts. 183 a 185)

Art. 183 - Aberta a sessão e adotadas as providências iniciais indicadas no art. 186 deste Regimento, serão registrados os processos retirados de pauta e os adiados para a próxima sessão, proclamando-se, em seguida, o resultado do julgamento dos processos que tenham sido objeto de voto eletrônico antecipado, observando-se a ordem constante na respectiva pauta.

§1º - Uma vez proclamado o resultado, não mais será possível o adiamento a requerimento da parte.

§2º - Os advogados poderão apresentar pedido de julgamento presencial, com ou sem sustentação oral, até 30 (trinta) minutos antes do início da sessão de julgamento, dirigido ao Presidente do Órgão Julgador e entregue ao Diretor da respectiva Secretaria.

§3º - Tratando-se de habeas corpus, o pedido de preferência com sustentação oral poderá ser formulado até o início da sessão; quando o Relator apresentar o habeas corpus para julgamento após a sessão ter sido iniciada, poderá ser formulado até o anúncio do julgamento do processo.

§4º - Antes da abertura da sessão de julgamento, o Diretor da Secretaria do Órgão Julgador cancelará os votos eletrônicos antecipados proferidos nos processos em que formulado requerimento na forma dos §§2º e 3º deste artigo.

Art. 184 - Proclamados os resultados na forma do artigo anterior, os demais processos serão julgados na seguinte ordem:

I - processos cujo Relator ou Revisor deva retirar-se ou afastar-se da sessão ou que tenha demandado o comparecimento de Desembargador de outra Câmara, vinculado ao julgamento;

II - processos em que a extinção do direito ou a prescrição forem iminentes, conforme indicação do Relator;

III - processos nos quais tenha sido apresentado requerimento de julgamento presencial com sustentação oral, na forma do §1º do art. 183, deste Regimento, observada a ordem em que formulados;

IV - processos nos quais tenha sido apresentado requerimento de preferência para julgamento presencial, na forma do §1º do art. 183, deste Regimento, observada a ordem em que formulados;

V - os demais processos, de acordo com a ordem pré-estabelecida na pauta de julgamento.

Art. 185 - O julgamento poderá ser adiado pelo Presidente da sessão:

I - por manifestação do Relator;

II - por requerimento formulado por ambas as partes, em petição conjunta, representadas por seus respectivos advogados;

III - por manifestação da parte recorrente ou autora informando a desistência do recurso ou ação.

Parágrafo único - Nas hipóteses do caput, observar-se-á o disposto no art. 172 deste Regimento, retirando-se de pauta os processos adiados para reinclusão em nova pauta, com exceção dos que tenham o julgamento expressamente adiado para a primeira sessão seguinte.

### CAPÍTULO III

#### RELATÓRIO E SUSTENTAÇÃO ORAL

(Arts. 186 a 191)

Art. 186 - A sessão será aberta, havendo quórum, e o Presidente do Órgão Julgador submeterá a ata da sessão anterior à aprovação. Em sequência:

I - procederá de acordo com o art. 183 deste Regimento;

II - indicará os processos em que foi formulado pedido de preferência de julgamento, com ou sem sustentação oral, requisitando a apresentação da carteira de habilitação profissional do Advogado que irá sustentar suas razões oralmente, sob pena de não lhe ser deferida a palavra;

III - prosseguirá conforme o art. 184 deste Regimento.

Art. 187 - A parte, por seu Advogado, poderá sustentar suas razões oralmente pelo prazo:

I - de 15 (quinze) minutos nos julgamentos de apelação cível, ação rescisória, mandado de segurança, reclamação, agravo de instrumento interposto contra decisão interlocutória que resolva parcialmente o mérito ou verse sobre tutela provisória e agravo interno interposto contra decisão do Relator que extinguiu ação de competência originária do Tribunal de Justiça;

II - .....

III - .....

IV - indicado nas alíneas do inciso II do art. 984 do Código de Processo Civil, com a observação do §1º do mesmo dispositivo legal, nos julgamentos de incidente de resolução de demandas repetitivas, de incidente de assunção de competência e de incidente de arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.

.....

§2º - Não haverá sustentação oral no julgamento de agravo de instrumento e agravo interno que não se enquadre no disposto no inciso I do caput deste artigo.

§3º - Comparecendo à sessão de julgamento litisconsortes com procuradores distintos, vinculados a diferentes escritórios de advocacia, o prazo previsto no inciso I do caput deste artigo será concedido em dobro e dividido, igualmente, entre os que ocupem o mesmo polo, salvo convenção processual em contrário.

§4º - Na hipótese do inciso IV do caput deste artigo, comparecendo à sessão de julgamento litisconsortes com procuradores distintos, vinculados a diferentes escritórios de advocacia, a quota-parte do prazo previsto no art. 984, inciso II, "a", do Código de Processo Civil será majorada de 10 (dez) para 20 (vinte) minutos e dividida, igualmente, entre os que ocupem o mesmo polo, salvo convenção processual em contrário.

§5º - Ao terceiro interveniente cujo interesse divirja do interesse de ambas as partes, será concedido o mesmo prazo para sustentar oralmente suas razões; convergindo o seu interesse com o de alguma das partes, aplicar-se-á a regra do §3º deste artigo.

§6º - A Associação dos Magistrados da Bahia poderá produzir sustentação oral, na qualidade de amicus curiae, por 15 (quinze) minutos, quando em julgamento processos administrativos que envolvam interesses de magistrados.

§7º - Nos casos em que ambas as partes desejem sustentar oralmente suas razões, o recorrente ou autor falará em primeiro lugar, seguido, na sequência, pelo recorrido ou réu, terceiros intervenientes e Ministério Público, nos casos em que atuar como fiscal da ordem jurídica; no julgamento de recurso independente e subordinado, o recorrente do recurso independente falará em primeiro lugar, e a palavra será primeiramente concedida ao autor da ação nos casos de recursos independentes simultâneos. A palavra será concedida uma única vez a cada Advogado.

§8º - Após sustentar oralmente, o Advogado poderá requerer a juntada aos autos do esquema do resumo das razões deduzidas.

§9º - No curso do julgamento, o Advogado que ocupar a tribuna poderá pedir a palavra, pela ordem, para, em intervenção sumária, esclarecer equívoco ou dúvida surgida estritamente em relação a fato ou à existência de documento nos autos que possa influenciar os votos a serem proferidos, ou para indicar que determinada questão suscitada na sessão não foi submetida ao prévio contraditório, requerendo a aplicação do §1º do art. 933 do Código de Processo Civil.

§10 - Caso o Relator antecipe a conclusão do seu voto, a parte poderá desistir da sustentação oral previamente requerida, assegurando-se-lhe a palavra se houver qualquer voto divergente.

§11 - O pedido de palavra pela ordem será dirigido ao Presidente do Órgão Julgador; o Advogado só estará autorizado a se pronunciar depois de consultado o Relator e se este concordar em ouvir a observação.

Art. 188 - Nos casos que comportem intervenção do Ministério Público na condição de fiscal da ordem jurídica, o Procurador-Geral de Justiça e os Procuradores de Justiça poderão intervir no julgamento e participar dos debates, falando após a sustentação das partes e nos mesmos prazos estabelecidos para essas.

.....

#### CAPÍTULO IV

#### DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA CAUSA

(Arts. 192 a 197)

Art. 192 - Após a leitura do relatório e a sustentação oral dos requerentes, e até a proclamação do resultado pelo Presidente do Órgão Julgador, poderão os demais Desembargadores solicitar esclarecimentos ao Relator sobre fatos e circunstâncias pertinentes à matéria em debate, ou pedir vista dos autos, quando se procederá na forma do art. 174 deste Regimento.

Parágrafo único - Surgindo questão nova durante o julgamento, o Relator solicitará a sua suspensão e intimará as partes para que se manifestem no prazo comum de 5 (cinco) dias. Presentes os Advogados de ambas as partes na sessão, poderão já ficar intimados, consignando-se em ata o ocorrido.

Art. 193 - Verificada a existência de vício sanável ou a necessidade de produção de prova, o Relator solicitará a suspensão do julgamento, convertendo-o em diligência; o processo será retirado de pauta e reincluído, oportunamente, após nova determinação do Relator.

§1º - O Órgão Julgador poderá, por maioria de votos, vencido o Relator, determinar a conversão do julgamento em diligência a fim de que, verificado vício sanável, seja realizado ou renovado o ato, ou se produza a prova que se faça necessária.

§2º - A hipótese do §1º deste artigo dispensa a lavratura de acórdão, exigindo-se apenas a certificação, nos autos, de que o julgamento foi convertido em diligência por maioria de votos, vencido o Relator; o processo deverá ser redistribuído ao primeiro Desembargador a apontar a necessidade de conversão do julgamento em diligência.

Art. 194 - Omissão, intempestividade ou outro defeito na publicação da pauta não obstará o julgamento do processo quando os Advogados de ambas as partes se encontrarem presentes na sessão, salvo se requerida ao Presidente do Órgão Julgador, antes da abertura da sessão, a retirada do processo de pauta por conta do vício.

.....

Art. 195-A - .....

§4º - Considerar-se-á julgado o processo que receber pelo menos dois terços dos votos do total dos integrantes do Órgão Julgador, com exceção dos processos de competência das Turmas Criminais, onde serão computados os votos de ao menos três dos seus membros, e dos de competência das Câmaras Cíveis, nos quais se fará necessário o voto dos três ou dos cinco integrantes da Turma Julgadora, conforme o caso, de acordo com o disposto neste Regimento.

§5º - Se o advogado de qualquer das partes interessadas solicitar preferência na forma do §1º do art. 183 deste Regimento, a votação será presencial, tornando sem efeito os votos antecipados eletronicamente.

§7º - O resultado do julgamento realizado a partir de votos eletrônicos será anunciado no início da sessão, conforme art. 183 deste Regimento, e disponibilizado ao final, junto com o resultado dos julgamentos com votos presenciais.

§8º - Excetuados os casos em que formulado pedido de preferência pelo interessado ou solicitado julgamento presencial por algum Desembargador, não será cancelado o voto eletrônico proferido por Desembargador que integre o Órgão Julgador, mas não esteja presente na sessão, quando o processo já contar com número de votos suficientes à proclamação do seu resultado.

§9º - A Secretaria atentar-se-á para a necessidade de incluir na Turma julgadora da ação rescisória de sentença os quatro Desembargadores integrantes da Câmara Cível que sucederem o Relator na ordem decrescente de antiguidade.

Art. 196 - Nas apelações cíveis, proferido voto divergente por qualquer dos três membros da Turma julgadora, serão chamados a proferir voto os dois Desembargadores que sucederem o Terceiro Julgador na ordem decrescente de antiguidade e que estejam presentes na sessão de julgamento.

§1º - Identificada a divergência a partir dos votos antecipados eletronicamente e sem que tenha sido formulado requerimento de preferência por qualquer das partes, o Diretor da Secretaria registrará a divergência na ata da sessão e incluirá o Quarto e o Quinto Julgador na Turma Julgadora antes da sua abertura, viabilizando que se prossiga com o julgamento presencial na mesma oportunidade.

§2º - Sendo inviável prosseguir com o julgamento na forma do caput e §1º deste artigo, o Presidente o suspenderá, retirando o processo de pauta para proceder na forma do §3º deste artigo.

§3º - O Presidente do Órgão Julgador, se preciso, solicitará ao Presidente do Tribunal a designação de Desembargadores integrantes de outra Câmara Cível para compor a Turma julgadora necessária ao prosseguimento do julgamento do recurso e determinará a reinclusão do processo na próxima pauta disponível, observado o disposto no art. 172 deste Regimento.

§4º - O Presidente da Câmara do Oeste, se preciso, solicitará ao Presidente do Tribunal a designação de Desembargador integrante da Turma Criminal para compor a Turma Julgadora de processos cíveis, e determinará a reinclusão do processo na próxima pauta disponível, observado o disposto no art. 172 deste Regimento.

§5º - Retomado o julgamento da apelação cível em sessão posterior, será garantida, aos Advogados das partes, nova oportunidade para que sustentem oralmente suas razões diante dos Desembargadores que não participaram da sessão inicial.

§6º - Proceder-se-á de acordo com a mesma regra prevista no caput e §§1º, 2º, 3º, 4º e 5º deste artigo no julgamento de agravo de instrumento interposto contra decisão que resolver o mérito, caso proferido voto divergente por qualquer dos três membros da Turma julgadora e haja prevalência do entendimento de que o recurso deve ser provido.

§7º - Ampliada a Turma Julgadora, a revisão do voto por um dos integrantes da Turma original, permitida até a proclamação do resultado do julgamento, não afasta a necessidade de que o Quarto e o Quinto Julgadores profiram seus respectivos votos.

Art. 197 - Proferidos votos divergentes em julgamento de ação rescisória no âmbito da Seção Cível competente, com a prevalência do entendimento de que a ação deva ser julgada procedente, o julgamento será suspenso e retirado o processo de pauta com a subsequente remessa dos autos às Seções Cíveis Reunidas para inclusão na próxima pauta disponível, observado o disposto no art. 172 deste Regimento.

§1º - A ação rescisória de sentença será julgada por Turma composta pelo Relator e pelos quatro integrantes da Câmara Cível que o sucederem na ordem decrescente de antiguidade.

§2º - No âmbito da Câmara Especial do Extremo Oeste, a ação rescisória de sentença será julgada por Turma composta pelo Relator, pelos demais integrantes da Turma Cível e pelo Desembargador mais antigo da Turma Criminal.

§3º - Proferidos votos divergentes no âmbito da Turma julgadora com a prevalência do entendimento de que a ação rescisória deve ser julgada procedente, o julgamento será suspenso e retirado o processo de pauta com a subsequente remessa dos autos à Seção Cível competente, nos termos deste Regimento, para inclusão na próxima pauta disponível, observado o disposto no art. 172 deste Regimento.

§4º - Retomado o julgamento da ação rescisória no Órgão Julgador de maior composição, será garantido aos Advogados das partes nova oportunidade para que sustentem oralmente suas razões.

§5º - Remetidos os autos ao Órgão Julgador de maior composição, a revisão do voto por um dos integrantes do Órgão Julgador original, permitida até a proclamação do resultado do julgamento, não desfaz o deslocamento da competência.

## CAPÍTULO V

### APURAÇÃO DOS VOTOS E PROCLAMAÇÃO DO JULGAMENTO

(Arts. 198 a 205)

Art. 198 - As decisões colegiadas, salvo disposição legal ou regimental em sentido contrário, serão tomadas pela maioria dos votos dos Desembargadores presentes.

Parágrafo único - Nas sessões do Tribunal Pleno, o Presidente ou seu Substituto apenas proferirá voto em caso de empate, exceto nas questões constitucionais, administrativas ou regimentais.

Art. 200 - As sessões das Câmaras Cíveis e Criminais serão abertas com a presença de, no mínimo, 05 (cinco) Desembargadores e as das Turmas Criminais com a de 03 (três) Desembargadores.

Parágrafo único - As Seções funcionarão com o comparecimento de mais da metade dos seus integrantes; exige-se, porém, o voto da maioria absoluta dos seus membros efetivos para admitir-se incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência, e a presença de dois terços dos membros efetivos para o julgamento do mérito dos referidos incidentes.

Art. 202 - Quando o objeto do julgamento puder ser decomposto em questões distintas, cada uma delas será votada separadamente, considerando-se cada pedido formulado na ação ou recurso e cada fundamento suscitado pelas partes.

Art. 203 - Caso apresentem-se três ou mais entendimentos na votação de questão insuscetível de decomposição, serão as soluções votadas duas a duas, de forma que a vencedora será posta em votação com as restantes, até se definir, a partir das duas últimas, a que será adotada para o caso concreto.

Parágrafo único - A ordem dos confrontos constará de esquema previamente anunciado pelo Presidente, salvo nas Câmaras, em que o confronto será feito, em primeiro lugar, entre as soluções dadas pelo Revisor e pelo Terceiro Julgador, ou entre as soluções do Segundo e do Terceiro Julgador, se não houver Revisor.

Art. 204 - Divergindo os julgadores quanto às razões de decidir, mas convergindo na conclusão, caberá ao Desembargador que primeiro deduziu o fundamento determinante vencedor redigir o acórdão; o Desembargador que deduziu fundamento vencido declarará seu voto vencido.

Art. 204-A - Se, em relação a uma única parte do pedido, não se puder formar a maioria, em virtude de divergência quantitativa, o Presidente disporá os diversos votos com as quantidades que cada qual indicar, em ordem decrescente de grandeza, prevalecendo a quantidade que, com as que lhe forem superiores ou iguais, reunir votos em número suficiente para constituir a maioria.

Art. 205 - O Presidente colherá os votos dos Desembargadores, seguindo a ordem decrescente de antiguidade a partir do Relator, e proclamará o resultado, a partir de quando não mais se admitirá retirada ou modificação do voto.

§1º - Não se admite modificação de voto proferido por Desembargador que tenha sido afastado ou substituído.

§2º - O julgamento iniciado ultimar-se-á e não será interrompido pela hora regimental de encerramento do expediente do Tribunal, podendo, entretanto, ser suspenso, para descanso dos Desembargadores.

## CAPÍTULO VI

### QUESTÕES PRELIMINARES OU PREJUDICIAIS

(Art. 206)

Art. 206 - A admissibilidade do recurso ou da ação de competência originária será examinada antes do julgamento do seu mérito, em votação específica.

§1º - Admitido o recurso ou a ação, os Desembargadores vencidos no julgamento de questões relacionadas ao juízo de admissibilidade proferirão voto quanto ao mérito.

§2º - Não se deixará de conhecer de recurso ou ação em razão de vício sanável sem antes se oportunizar à parte a sua correção, nos termos do Código de Processo Civil e em atenção ao disposto neste Regimento.

§3º - Adentrando-se o mérito do recurso ou da ação, e identificada relação de preliminaridade ou prejudicialidade entre questões, serão elas postas em julgamento sequencialmente.

§4º - Acolhida questão preliminar, encerrar-se-á o julgamento com a proclamação do resultado; rejeitada a questão preliminar, prosseguir-se-á com o julgamento, devendo os Desembargadores vencidos manifestarem-se sobre as questões subsequentes.

§5º - Decidida questão prejudicial, passar-se-á ao exame da questão subordinada a partir da premissa definida, devendo os Desembargadores vencidos manifestarem-se sobre as questões subsequentes.

§6º - O Desembargador que proferir o voto vencedor em relação à última questão analisada ficará responsável por redigir o acórdão, que conterá a indicação da controvérsia verificada em cada uma das questões, devendo os demais Desembargadores declarar voto a respeito das questões divergentes.

§7º - No recurso de apelação, as decisões não agraváveis da fase de conhecimento, que tenham sido oportunamente impugnadas nas razões ou contrarrazões recursais, serão apreciadas antes do mérito do apelo, desde que admitido, nos termos do art. 1.009, §1º, do Código de Processo Civil.

§8º - O agravo de instrumento será julgado antes da apelação interposta no mesmo processo; se ambos os recursos forem julgados na mesma sessão, terá precedência o agravo de instrumento, sem prejuízo de ser reconhecido, se for o caso, como prejudicado porque proferida sentença.

## CAPÍTULO VII

### ACÓRDÃOS

(Art. 207 a 2015)

Art. 207 - O julgamento colegiado será realizado por meio de acórdão que conterá, obrigatoriamente, ementa.

Parágrafo único - Não haverá necessidade de lavratura de acórdão quando o julgamento for convertido em diligência, interrompido para aplicação da técnica de julgamento do art. 942 do Código de Processo Civil ou versar sobre matéria de ordem administrativa ou interna, casos em que o resultado constará na certidão de julgamento juntada aos autos.

Art. 208 - O acórdão será redigido pelo Relator e dele constarão a espécie e o número do processo, a Comarca de origem, o nome dos litigantes, a conclusão do julgamento e a clara indicação de divergência.

Parágrafo único - A certidão de julgamento indicará a data da sessão, os Desembargadores que participaram do julgamento e a conclusão do voto que proferiram.

Art. 209 - Integram o acórdão a fundamentação vencedora e, igualmente, o voto vencido, sendo ambos necessariamente declarados.

§1º - Vencido o Relator, será designado para redigir o acórdão aquele que primeiro proferiu voto vencedor.

§2º - Considera-se vencido o voto que, não obstante tenha apontado o mesmo resultado do voto vencedor, divergiu do seu fundamento determinante, reputando-se vencedor o voto que inaugurou o fundamento prevalente.

Art. 212 - Quando o julgamento for unânime, o acórdão será assinado apenas pelo Presidente e Relator, que rubricará as folhas em que não conste sua assinatura.

§1º - Nos casos de divergência, os autos irão primeiramente conclusos ao Desembargador que proferiu voto vencido para que o declare.

§2º - Diante da impossibilidade de algum Desembargador declarar os fundamentos do voto vencido proferido na sessão de julgamento, o Relator designado para redigir o acórdão determinará a juntada aos autos das respectivas notas taquigráficas, indicando as razões para a ausência do voto vencido.

Art. 213 - O acórdão será conferido e assinado até a sessão ordinária seguinte à do julgamento, quando proferido à unanimidade de votos, ou no prazo de 10 (dez) dias contados da conclusão dos autos ao Relator designado para redigi-lo, nos casos de julgamento não unânime.

Art. 214 - Lavrado e registrado o acórdão, sua ementa será publicada no Diário da Justiça eletrônico no prazo de 10 (dez) dias, certificando-se a data do ato nos autos.

Parágrafo único - Passados 30 (trinta) dias da sessão de julgamento sem que o acórdão tenha sido lavrado e a respectiva ementa publicada, o Presidente do Órgão Julgador determinará a juntada das notas taquigráficas aos autos, que substituirão os votos proferidos, e lavrará, de imediato, o acórdão, composto de ementa e indicação da conclusão do julgamento, determinando a publicação da ementa.

Art. 215 - .....

Parágrafo único - Nas causas em que houver intervenção do Ministério Público, os autos lhe serão encaminhados, para fins de intimação pessoal, certificando-se a data de sua remessa; quando possível, a intimação será feita por meio eletrônico.  
.....

Art. 325 - O Relator submeterá os embargos de declaração a julgamento pelo colegiado na primeira sessão seguinte à interposição do recurso, independentemente de qualquer formalidade.

§1º - Não julgados na primeira sessão, os embargos de declaração deverão ser incluídos em pauta de acordo com o disposto no art. 172 deste Regimento.

§2º - Quando manifestamente protelatórios, o Órgão Julgador poderá condenar o embargante a pagar, ao embargado, multa no importe correspondente a até 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa.

§3º - Na reiteração de embargos de declaração manifestamente protelatórios, a multa poderá ser elevada a até 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa e a interposição de qualquer recurso ficará condicionada ao depósito prévio do valor da multa, à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que a recolherão ao final.

§4º - Não serão admitidos novos embargos de declaração se os 2 (dois) anteriores houverem sido considerados protelatórios.

Art. 2º - Revoga-se o §2º do art. 215 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de março de 2016.

Desembargadora MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO  
Presidente

Desª. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA - 1ª Vice-Presidente  
Desa. LÍCIA de Castro Laranjeira CARVALHO - 2ª Vice-Presidente  
Des. OSVALDO de Almeida BOMFIM - Corregedor Geral de Justiça  
Desa. SÍLVIA Carneiro Santos ZARIF  
Desa. IVETE CALDAS Silva Freitas Muniz  
Desa. ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA  
Des. LOURIVAL Almeida TRINDADE  
Des. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO  
Des. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO  
Des. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO  
Des. NILSON SOARES CASTELO BRANCO  
Desa. NÁGILA MARIA SALES BRITO  
Desa. GARDÊNIA PEREIRA DUARTE  
Des. JOSÉ ALFREDO CERQUEIRA DA SILVA  
Des. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO  
Des. PEDRO AUGUSTO COSTA GUERRA  
Desa. MÁRCIA BORGES FARIA  
Des. JOÃO AUGUSTO ALVES DE OLIVEIRA PINTO

Desa. DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL  
Desa. LISBETE MARIA TEIXEIRA ALMEIDA CÉZAR SANTOS  
Des. Edmilson JATAHY Fonseca JÚNIOR  
Des. MOACYR MONTENEGRO SOUTO  
Desa. IVONE BESSA RAMOS  
Desa. ILONA MÁRCIA REIS  
Des. JOÃO BÔSCO DE OLIVEIRA SEIXAS  
Desa. RITA DE CÁSSIA MACHADO MAGALHÃES FILGUEIRAS NUNES  
Desa. REGINA HELENA RAMOS REIS  
Des. LIDIVALDO REACHE RAIMUNDO BRITTO  
Desa. JOANICE MARIA GUIMARÃES DE JESUS  
Desa. CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO  
Desa. PILAR CÉLIA TOBIO DE CLARO  
Desa. SANDRA INÊS MORAIS RUSCIOLELLI AZEVEDO  
Desa. LÍGIA MARIA RAMOS CUNHA LIMA  
Des. MÁRIO AUGUSTO ALBIANI ALVES JÚNIOR  
Des. RAIMUNDO SÉRGIO SALES CAFEZEIRO  
Des. JULIO CEZAR LEMOS TRAVESSA

#### **EMENDA REGIMENTAL N. 13, DE 30 DE MARÇO DE 2016**

Inclui os arts. 86-A, 86-B, 86-C, 86-D, 86-E e 86-F ao capítulo IV do Título I do Livro II e altera o art. 86 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em sua composição plenária, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o decidido na sessão realizada no dia 30 de março de 2016 e

CONSIDERANDO que o Novo Código de Processo Civil alterou as regras para o processamento do recurso especial e do recurso extraordinário nos Tribunais de Justiça;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.256/2016;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 152, inciso VI, e 203, §4º, ambos do Código de Processo Civil.

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos poderes do 2º Vice-Presidente às novas disposições legais;

CONSIDERANDO que o Regimento Interno do Tribunal deve adequar-se à nova sistemática processual;

RESOLVE:

Art. 1º - O art. 86 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia passa a ter a seguinte redação:

#### **CAPÍTULO IV DO 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL (Art. 86)**

Art. 86 - Ao 2º Vice-Presidente compete:

I - dirigir:

- a) a Seção de Magistrados;
- b) a Ouvidoria Judicial;
- c) a Seção de Recursos;
- d) o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos - NURER.

II - processar o recurso ordinário de acordo com o art. 86-B deste Regimento;

III - processar o recurso especial e o recurso extraordinário de acordo com os arts. 86-C e 86-D deste Regimento;

IV - processar o recurso de agravo previsto no art. 1.042 do Código de Processo Civil de acordo com o art. 86-E deste Regimento.

V - integrar o Tribunal Pleno e o Conselho da Magistratura;

VI - indicar ao Presidente do Tribunal de Justiça 2 (dois) Juízes de Direito da Comarca da Capital para auxiliá-lo no desempenho das atribuições definidas no inciso I deste artigo;

VII - organizar e publicar, anualmente, a lista de substituição dos juízes de primeiro grau;

VIII - exercer as demais funções administrativas e judicantes que lhe forem delegadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça ou atribuídas pelo Regimento Interno.

Parágrafo único - Compete à Seção de Magistrados tratar das matérias relacionadas aos juízes de primeiro grau, com exceção da competência atribuída pela Lei de Organização Judiciária à Presidência e às Corregedorias Geral e das Comarcas do Interior.

Art. 2º - O Capítulo IV do Título I do Livro II do Regimento Interno passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

Art. 86-A - A 2ª Vice-Presidência disciplinará a organização e funcionamento do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos - NURER.

Art. 86-B - Protocolada a petição do recurso ordinário, os autos serão encaminhados à Secretaria da Seção de Recursos, que, por ato ordinatório, intimará o recorrido para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias.

§1º - Decorrido o prazo indicado no caput deste artigo, a Secretaria juntará aos autos as contrarrazões eventualmente apresentadas ou certificará a não apresentação delas pela parte, procedendo à remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça, independentemente de prévio juízo de admissibilidade, de acordo com o art. 1.028, §3º, do Código de Processo Civil.

§2º - A remessa prevista no §1º deste artigo prescinde de prévia conclusão ao 2º Vice-Presidente, na forma do art. 152, inciso VI, e do art. 203, §4º, ambos do Código de Processo Civil.

Art. 86-C - Protocolada a petição do recurso especial ou extraordinário, os autos serão encaminhados à Secretaria da Seção de Recursos, que, por ato ordinatório, intimará o recorrido para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias.

§1º - Verificando as Secretarias do Tribunal que pendem de julgamento embargos de declaração contra o acórdão recorrido ou agravo interno, devem encaminhar os autos para apreciação pelo Órgão Julgador antes da remessa à Secretaria da Seção de Recursos para processamento dos recursos dirigidos às Cortes Superiores, sob pena de responsabilização; caso inobservada esta providência, a Secretaria da Seção de Recursos devolverá os autos à Secretaria do Órgão Julgador de origem por ato ordinatório, antes de intimar o recorrido para apresentar contrarrazões.

§2º - Decorrido o prazo indicado no caput deste artigo, a Secretaria procederá à juntada das contrarrazões eventualmente apresentadas ou certificará a não apresentação delas pela parte, realizando, na sequência, conclusão ao 2º Vice-Presidente.

§3º - Cabe ao 2º Vice-Presidente apreciar pedido de atribuição de efeito suspensivo a recurso especial ou extraordinário quando formulado na própria petição de recurso ou por petição autônoma protocolada entre a interposição do recurso e a publicação de decisão sobre a sua admissibilidade.

§4º - O protocolo de petição com pedido de cumprimento provisório da decisão recorrida não implicará remessa dos autos ao redator do acórdão recorrido, cabendo à parte formulá-lo em atenção aos requisitos do art. 522 do Código de Processo Civil, sendo processado em autos apartados, sem afetar o processamento do recurso especial ou extraordinário interposto.

Art. 86-D - Conclusos os autos ao 2º Vice-Presidente, cabe-lhe:

I - não admitir, liminarmente, recurso especial ou extraordinário;

II - intimar o recorrente para, no prazo de 05 (cinco) dias, complementar o preparo insuficiente, recolher em dobro o preparo inexistente ou corrigir equívoco no preenchimento da guia, conforme o caso, observando-se o disposto no art. 1.007 do Código de Processo Civil, ressalvadas as exceções legais e regimentais;

III - encaminhar o processo ao redator do acórdão recorrido ou ao seu sucessor no Órgão Julgador a fim de que seja novamente submetido ao colegiado para possível juízo de retratação, se verificar que o acórdão recorrido diverge do entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça exarado, conforme o caso, nos regimes de repercussão geral ou de recursos repetitivos, de acordo com o art. 1.030, II, do Código de Processo Civil;

IV - não admitir recurso extraordinário que verse sobre questão constitucional à qual o Supremo Tribunal Federal tenha negado repercussão geral;

V - não admitir recurso especial ou extraordinário interposto contra acórdão que esteja em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça exarado no regime de repercussão geral ou de julgamento de recursos repetitivos;

VI - sobrestar o recurso especial ou extraordinário que discuta questão de direito repetitiva já afetada e ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça para julgamento no regime de repercussão geral ou de recursos repetitivos.

§1º - Caso a questão de direito repetitiva identificada ainda não tenha sido afetada pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça para julgamento em regime de repercussão geral ou de recursos repetitivos, compete ao 2º Vice Presidente selecionar, no mínimo, dois recursos representativos da controvérsia, determinando a remessa dos respectivos autos ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso, e sobrestando todos os processos pendentes em que se discuta idêntica questão de caráter repetitivo.

§2º - Para o fim do disposto no §1º deste artigo, somente podem ser selecionados como representativos da controvérsia recursos admissíveis que contenham abrangente argumentação e discussão a respeito da questão a ser decidida.

§3º - Na hipótese do inciso III do caput deste artigo, apenas os processos com recurso tempestivo e que já esteja com o preparo regularizado serão encaminhados ao redator do acórdão, ou ao seu sucessor no Órgão Julgador, para juízo de retratação.

§4º - Na hipótese do inciso III do caput deste artigo, deve-se observar o disposto nos §§6º e 7º do art. 160 deste Regimento, mantida a prevenção dos redatores do acórdão que passaram a integrar a Mesa Diretora.

§5º - Na hipótese do inciso III do caput deste artigo, refutado o juízo de retratação pelo Órgão competente e nos casos em que o recurso verse sobre outras questões, conforme §2º do art. 1.041 do Código de Processo Civil, os autos retornarão conclusos ao 2º Vice-Presidente para que prossiga com o juízo de admissibilidade e, em caso positivo, determine a remessa ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso.

§6º - O 2º Vice-Presidente deverá apreciar pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso especial ou extraordinário que tenha sido sobrestado, nos termos do inciso VI do caput do §1º deste artigo.

§7º - Apresentado requerimento da parte interessada para que seja inadmitido recurso especial ou extraordinário intempestivo sobrestado, a Secretaria da Seção de Recursos intimará o recorrente para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias; findo o prazo, com ou sem manifestação do recorrente, far-se-ão os autos conclusos ao 2º Vice-Presidente para decisão.

Art. 86-E - Contra as decisões proferidas pelo 2º Vice-Presidente caberá:

I - agravo dirigido ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 1.042 do Código de Processo Civil, nas hipóteses do inciso I do art. 86-D deste Regimento;

II - agravo interno para o Órgão Julgador competente desse Tribunal de Justiça nas hipóteses dos incisos IV, V e VI do caput e da parte final do §1º do art. 86-D deste Regimento;

III - agravo interno para o Órgão Julgador competente desse Tribunal de Justiça quando indeferido o requerimento do §7º do art. 86-D deste Regimento.

Parágrafo único - A decisão proferida na hipótese do inciso III do art. 86-D deste Regimento é irrecurável.

Art. 86-F - Protocolada a petição de agravo interposto com fundamento no art. 1.042 do Código de Processo Civil, a Secretaria da Seção de Recursos, por ato ordinatório, imediatamente intimará o recorrido para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias.

§1º - Decorrido o prazo indicado no caput deste artigo, a Secretaria procederá à juntada das contrarrazões ou certificará a inércia da parte, realizando, na sequência, conclusão ao 2º Vice-Presidente para retratação.

§2º - Reconsiderada a decisão agravada, caberá ao 2º Vice-Presidente proceder de acordo com os incisos IV, V, VI e §1º do art. 86-D deste Regimento, se for o caso.

§3º - Mantida a decisão agravada, o 2º Vice-Presidente procederá de acordo com os incisos IV, V e VI do caput e §1º do art. 86-D deste Regimento quando identificar que o fundamento da inadmissibilidade constitui questão de direito de caráter repetitivo, ou, não sendo o caso, remeterá os autos ao Tribunal Superior respectivo.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de março de 2016.

Desembargadora MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO  
Presidente

Desª. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA - 1ª Vice-Presidente  
Desa. LÍCIA de Castro Laranjeira CARVALHO - 2ª Vice-Presidente  
Des. OSVALDO de Almeida BOMFIM - Corregedor Geral de Justiça  
Desa. SÍLVIA Carneiro Santos ZARIF  
Desa. IVETE CALDAS Silva Freitas Muniz  
Desa. ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA  
Des. LOURIVAL Almeida TRINDADE  
Des. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO  
Des. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO  
Des. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO  
Des. NILSON SOARES CASTELO BRANCO  
Desa. NÁGILA MARIA SALES BRITO  
Desa. GARDÊNIA PEREIRA DUARTE  
Des. JOSÉ ALFREDO CERQUEIRA DA SILVA  
Des. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO  
Des. PEDRO AUGUSTO COSTA GUERRA  
Desa. MÁRCIA BORGES FARIA  
Des. JOÃO AUGUSTO ALVES DE OLIVEIRA PINTO  
Desa. DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL  
Desa. LISBETE MARIA TEIXEIRA ALMEIDA CÉZAR SANTOS  
Des. Edmilson JATAHY Fonseca JÚNIOR  
Des. MOACYR MONTENEGRO SOUTO  
Desa. IVONE BESSA RAMOS  
Desa. ILONA MÁRCIA REIS  
Des. JOÃO BÔSCO DE OLIVEIRA SEIXAS  
Desa. RITA DE CÁSSIA MACHADO MAGALHÃES FILGUEIRAS NUNES  
Desa. REGINA HELENA RAMOS REIS  
Des. LIDIVALDO REACHE RAIMUNDO BRITTO  
Desa. JOANICE MARIA GUIMARÃES DE JESUS  
Desa. CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO  
Desa. PILAR CÉLIA TOBIO DE CLARO  
Desa. SANDRA INÊS MORAIS RUSCIOLELLI AZEVEDO  
Desa. LÍGIA MARIA RAMOS CUNHA LIMA  
Des. MÁRIO AUGUSTO ALBIANI ALVES JÚNIOR  
Des. RAIMUNDO SÉRGIO SALES CAFEZEIRO  
Des. JULIO CEZAR LEMOS TRAVESSA

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
Sílvia Carneiro Santos Zarif  
PUBLICAÇÃO DE DESPACHOS E DECISÕES MONOCRÁTICAS

0001123-62.2016.8.05.0000 Embargos à Execução  
Embargante : Estado da Bahia  
Proc. Estado : Andréa Gusmão Santos  
Embargado : Jurema Carmel Boente  
Embargado : Atinaira Maria Ribeiro Nascimento  
Embargado : Maritania Neves Andrade  
Embargado : Rodrigo Ribeiro Accioly  
Advogado : Sonia Abigail Viterbo Carmel (OAB: 43845/BA)  
Sílvia Carneiro Santos Zarif

Determino a intimação dos Embargados para tomarem conhecimento acerca dos presentes Embargos à Execução e, querendo, ofereçam impugnação no prazo de lei. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.